



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 153/2026 - COMPRASGOV N.º 90153/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0860.012979.00004/2026-55
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos-SEASDH
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	[X] SIM [] NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	[] MENOR PREÇO POR ITEM [X] MENOR PREÇO POR LOTE [] MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM [] MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	[X] ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	[X] SIM [] NÃO
VALOR ORÇADO:	[X] Valor Estimado [] Valor Máximo Aceitável [] Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	[X] SIM [] NÃO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	[] SIM [X] NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	18/05/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	28/04/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Francisco Inácio
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 255 de 26 de Março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, N.º. 14.233 de 27 de Março de 2026.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de **serviços de outsourcing** - solução e terceirização de impressão, **cópia e digitalização**, incluindo manutenção preventiva e corretiva e software de controle de bilhetagem dos equipamentos através de franquia e excedente, e **locação de nobreaks**, por revenda autorizada, com substituição de peças, componentes e suprimentos originais, fornecimento de insumos e software de gerenciamento com bilhetagem de impressões/cópias, para atender **Rio Branco e o município de Cruzeiro do Sul**, a fim de atender às necessidades da **Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH)**.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta da ata de Registro de Preço

Anexo III: Minuta de Contrato

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública**.

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**.

4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

- 5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**
- 6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).
- 6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#) ;
- 6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 , estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) , mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#) , e neste Edital.
- 6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).
- 6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital** , e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.
- 7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.
- 7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece o [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

8. DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no [sítio http://www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/).
- 8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).
- 8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.
- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:
- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;

- II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
- III - divulgação do resultado da habilitação;
- IV - disputa entre os licitantes habilitados;
- V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- VI - divulgação do resultado do julgamento; e
- VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **lote**.
- 9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
- 9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.
- 9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.
- 9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
 - 9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
 - 9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado o, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
 - 9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
 - 9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
 - 9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
 - 9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:
 - 9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
 - 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 9.21.2. empresas brasileiras;
 - 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
 - 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.

- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital , no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.
- 9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

- 10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.
- 10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.
- 10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão .**
- 10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 10.5. **Será desclassificada a proposta que:**
- 10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;
- 10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação ;
- 10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;
- 10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.
- 10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:
- 10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e
- 10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
- 10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:
- 10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:
- 10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- 10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.
- 10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.
- 10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.
- 10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

- 11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.
- 11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.
- 11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira,

Qualificação Técnica:

11.3.1. **Habilitação Jurídica**

- a) Contrato social ou instrumento equivalente.

11.3.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.3.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**
b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3.4. **Qualificação Técnica**

- a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.
b) **Declaração de que atenderá** às exigências mínimas relativas aos equipamentos, sistemas e fornecimento de treinamento para o pessoal técnico, essencial para o cumprimento do objeto deste Projeto Básico.
c) **Declaração de que o licitante** tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
d) **E demais exigências solicitadas no ITEM 13 do Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe e documentos complementares (quando for o caso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão .**

11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. **DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

- 12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.
- 12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).
- 12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas esboçadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.
- 13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).
- 13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.
- 13.3. A apreciação se dará em fase única; e
- 13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.
- 13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:
- 13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e
- 13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.
- 13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.
- 13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.
- 13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:
- 14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;
- 14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;
- 14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e
- 14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

- 15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:
- 15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:
- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.
- 15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.
- 15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.
- 15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.
- 15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

- 16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 17.1. Não será permitida participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

- 18.1. Não se aplica.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1. Não será permitida a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

20.	DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO
20.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
21.	DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO
21.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
22.	DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
22.1.	Não haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.
23.	DO TERMO DE CONTRATO
23.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
24.	DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
24.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
25.	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
25.1.	Não se aplica.
26.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
26.1.	As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021 , e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
26.2.	Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.
26.3.	Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.
27.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
27.1.	As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
27.2.	Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.
27.3.	A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 .
27.4.	A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023 .
27.5.	Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023 .
27.6.	A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.
27.7.	Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
27.8.	Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.
27.9.	Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.
27.10.	Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório
27.11.	Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.
27.12.	As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
27.13.	O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021 .
27.14.	Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021 .
27.15.	O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios http://www.gov.br/compras/pt-br/ , http://www.licitacao.ac.gov.br , e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.
27.16.	O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br .
27.17.	Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com .
27.18.	O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Isabella Maria Prado Nogueira
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ISABELLA MARIA PRADO NOGUEIRA, Assistente Administrativo**, em 27/04/2026, às 10:16, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020512892** e o código CRC **FD3D42C5**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 37/2026/SEASDH - DIVCOMP

Processo nº 0860.012979.00004/2026-55

1. OBJETO

1.1 Registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de **serviços de outsourcing** - solução e terceirização de impressão, **cópia e digitalização**, incluindo manutenção preventiva e corretiva e software de controle de bilhetagem dos equipamentos através de franquia e excedente, e **locação de nobreaks**, por revenda autorizada, com substituição de peças, componentes e suprimentos originais, fornecimento de insumos e software de gerenciamento com bilhetagem de impressões/cópias, para atender **Rio Branco e o município de Cruzeiro do Sul**, a fim de atender às necessidades da **Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH)**.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação deste serviço dar-se-á a partir da necessidade de otimizar a impressão, tramitação e reprodução de documentos/arquivos imprescindíveis para a SEASDH.

2.2 Fim do contrato atual de outsourcing de impressão.

2.3 Além das atividades administrativas diárias de gestão, é necessário atender às rotinas e transporte de equipamentos de forma adequada e ágil, garantindo manutenção de todas as demandas essenciais desta Secretaria, executando atividades previstas no plano de políticas públicas desenvolvidas e fomentadas pela SEASDH.

2.4 Os serviços visam atender à locação dos equipamentos, incluindo a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças, componentes e suprimentos originais, bem como o fornecimento de software de gerenciamento com bilhetagem de impressões/cópias. Pelo já exposto, verificam-se as seguintes características deste serviço:

- Homogeneidade da prestação;
- Permanência da necessidade;
- A prestação dos serviços não exaure sua necessidade no futuro;
- São serviços auxiliares, mas indispensáveis para atender às necessidades da Secretaria e desempenhar suas funções;
- Não podem sofrer descontinuidade.

2.5 Vedada a participação em consórcio, em razão da necessidade de controle técnico e responsabilidade direta sobre a manutenção dos equipamentos e software integrado.

3. DA NECESSIDADE DO OBJETO

3.1 Descrição detalhada da necessidade

A SEASDH necessita garantir a continuidade e modernização dos serviços de impressão, cópia e digitalização, bem como a proteção de equipamentos eletrônicos essenciais com o uso de nobreaks. Atualmente, o contrato vigente de outsourcing de impressão e locação de nobreaks encontra-se próximo do término, podendo gerar risco de descontinuidade nos serviços administrativos críticos para o cumprimento das políticas públicas da Secretaria.

Essa contratação visa atender às necessidades operacionais e administrativas da Secretaria de forma eficiente e sustentável, incluindo a locação de impressoras e nobreaks, manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças e suprimentos originais, além da utilização de software de gerenciamento com bilhetagem de impressões/cópias.

Principais justificativas da necessidade:

- Garantir a continuidade das atividades administrativas sem interrupções decorrentes de falhas em equipamentos ou falta de energia elétrica;
- Substituir o atual parque tecnológico por equipamentos mais modernos, seguros e energeticamente eficientes;
- Eliminar a necessidade de investimentos iniciais com aquisição de equipamentos e gerenciamento de insumos, adotando modelo de outsourcing mais econômico e eficaz;
- Reduzir custos operacionais e melhorar o controle de uso dos recursos com a implementação de software de gestão centralizada;
- Atender às diretrizes de sustentabilidade com logística reversa e descarte ambientalmente adequado de insumos e componentes.

Características do serviço contratado:

- Homogeneidade da prestação, garantindo padrão de qualidade nos serviços;
- Permanência da necessidade, pois são serviços auxiliares indispensáveis à rotina administrativa;
- Evitar descontinuidade das operações, assegurando a execução das políticas públicas da SEASDH;
- Melhorar eficiência e produtividade dos equipamentos de impressão.

3.2 Fundamentação da necessidade

A opção pela contratação de serviços de outsourcing de impressão e locação de nobreaks justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade das atividades essenciais da SEASDH sem interrupções decorrentes de falhas nos equipamentos ou falta de energia elétrica.

O modelo de **outsourcing, aliado à locação de nobreaks**, foi escolhido com base nos seguintes fatores:

- **Economicidade:** elimina a necessidade de investimento inicial em equipamentos e infraestrutura, permitindo previsibilidade orçamentária e custos mensais controlados;
- **Eficiência operacional:** assegura manutenção preventiva e corretiva contínua, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos equipamentos;
- **Sustentabilidade:** inclui logística reversa e descarte ambientalmente adequado de insumos e componentes, atendendo à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- **Atualização tecnológica:** garante que os equipamentos fornecidos estejam em linha de produção e com tecnologia de ponta, atendendo às demandas administrativas crescentes da Secretaria.

Dessa forma, a solução escolhida é a mais adequada e vantajosa, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade previstos nos arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021.

4. VALIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1 A licitação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por lote**, pelo modo de disputa aberto, dentro dos critérios instituídos pelo Art. 56 da Lei Federal nº 14.133/21 e Art. 13 da IN nº 02, de 05 de abril de 2023.

4.2 O julgamento e classificação das propostas será pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

4.3 A licitação será composta por um único lote, referente às franquias e excedentes de impressão, mais um item de nobreak, e a(s) licitante(s) deverá(ão) elaborar sua(s) proposta(s) para 100% (cem por cento) dos quantitativos do lote.

4.4 Para atendimento dos itens, poderão ser fornecidas quantidades ilimitadas de marcas de equipamentos e softwares.

4.5 No momento do certame, a licitante deverá apresentar sua proposta de preços (conforme tabela anexa), indicando valor unitário, valor estimado mensal e valor estimado anual, incluindo quaisquer despesas, taxas, encargos e impostos referentes à execução dos serviços.

- A validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados da data da sua apresentação;
- Os documentos relacionados à proposta seguirão as exigências contidas no Edital e neste Termo de Referência;
- Junto com a proposta de preços, deverão ser apresentados catálogos, fichas técnicas e prints de tela do sistema que comprovem as especificações e compatibilidades com cada equipamento, acessório e software solicitados;
- Caso a comissão técnica não consiga analisar as especificações técnicas dos equipamentos quanto à funcionalidade ou desempenho, a licitante poderá ser inabilitada.
- Junto com a proposta de preço deverão ser apresentados todos os catálogos, fichas técnicas e/ou prints de tela do sistema, que comprovem cada especificação e compatibilidade de cada equipamento e software solicitado neste Projeto Básico, sendo aceitas também documentações emitidas por vias oficiais do próprio fabricante, a fim de ratificar o atendimento das especificações exigidas.

4.6 Quaisquer pedidos de esclarecimento ou impugnação aos termos do Edital acerca do objeto da licitação devem ser encaminhados tempestivamente à Secretaria.

4.7 A Administração Pública poderá revogar a licitação por interesse público devidamente justificado ou anulá-la em caso de ilegalidade.

4.8 Forma de Medição e Faturamento

- O faturamento será realizado na modalidade de outsourcing de impressão e locação de nobreaks, baseado na quantidade de páginas impressas/copiadas/digitalizadas (franquia mensal e excedentes) e por aparelho locado para nobreaks, conforme quadro demonstrativo anexo;
- Para impressão, a contratada deverá disponibilizar os equipamentos necessários, manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de todos os insumos (exceto papel), sendo o faturamento controlado por sistema de bilhetagem;
- Para nobreaks, o faturamento será mensal, por unidade locada, incluindo suporte técnico e reposição de peças.
- A quantidade a ser contratada será de 350 nobreaks, considerando a aquisição de 80 unidades já prevista na ata de registro de preços atualmente em andamento.

4.9 A proposta de preço deve seguir o modelo do Anexo I deste Termo de Referência.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1 O prazo para entrega e instalação da solução é de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

5.2 Os equipamentos serão instalados nos endereços indicados formalmente pela CONTRATANTE, nos limites geográficos do Estado do Acre.

5.3 A CONTRATANTE deverá emitir as Ordens de Serviço de acordo com a especificação dos itens e quantidades.

5.4 A CONTRATADA deverá proceder à instalação e desinstalação de equipamentos em caso de mudança de local, sendo o remanejamento/transporte de responsabilidade da CONTRATADA.

5.5 A CONTRATADA deve garantir que, durante a execução dos serviços, os ambientes sejam mantidos em perfeitas condições de higiene e segurança, realizando limpeza após atendimento de chamado técnico.

5.6 A CONTRATANTE será responsável pelo fornecimento de infraestrutura necessária para instalação e funcionamento dos equipamentos, como local físico, tomadas, pontos de acesso à rede e servidores (virtualizados ou físicos).

5.7 A CONTRATANTE deverá permitir livre acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais de execução dos serviços.

5.8 Os empregados da CONTRATADA terão acesso aos locais devidamente identificados com crachás, atendendo às normas de segurança.

5.9 Caberá à CONTRATANTE fiscalizar o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato.

6. DO PRAZO DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO

6.1. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contado a partir da data de sua assinatura ou da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme definido pela Administração, nos termos dos arts. 106 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo.

6.2. Por se tratar de serviço contínuo, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, desde que devidamente justificado pela Administração e mantidas as condições vantajosas para o órgão contratante, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. A prorrogação deverá observar:

- a) Manutenção das condições originais, especialmente aquelas referentes aos preços, à qualidade dos equipamentos, aos insumos e ao nível de serviço contratado;
- b) Avaliação satisfatória da execução contratual pela fiscalização designada;
- c) Disponibilidade orçamentária para cobertura dos valores correspondentes ao período prorrogado;
- d) Formalização por termo aditivo, aprovado pela autoridade competente.

6.4. A Administração poderá optar pela não prorrogação, devendo comunicar a contratada dentro do prazo previsto no contrato, sem que isso gere direito a indenizações.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1 A solução proposta compreende a contratação de serviços de outsourcing de impressão, cópia e digitalização, bem como a locação de nobreaks, visando atender às necessidades operacionais e administrativas da SEASDH durante todo o ciclo de vida dos equipamentos.

7.2 O ciclo de vida do objeto contratado inclui:

- **Instalação e Configuração:** Equipamentos novos, em linha de produção, serão entregues, instalados e configurados nos locais designados pela Secretaria, com suporte técnico inicial para adequação da infraestrutura.
- **Operação:** Prestação contínua dos serviços de impressão, cópia e digitalização, com software de gerenciamento e bilhetagem, permitindo controle de uso, custos e indicadores de desempenho, incluindo software de impressão remota.
- **Manutenção Preventiva e Corretiva:** Atendimento técnico on-site para manter o pleno funcionamento dos equipamentos, com substituição de peças, suprimentos e insumos originais, sem custos adicionais para a SEASDH.
- **Atualização Tecnológica:** Substituição de equipamentos descontinuados ou obsoletos por modelos equivalentes ou superiores, garantindo a modernização contínua da infraestrutura.
- **Logística Reversa e Descarte Sustentável:** A contratada será responsável pela coleta e destinação ambientalmente adequada de insumos e componentes, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Essa abordagem assegura a continuidade operacional, a economicidade e a sustentabilidade ao longo de todo o período contratual.

8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS

TIPO A

O equipamento deverá atender aos seguintes critérios técnicos mínimos:

- Tecnologia de impressão: Laser, LED ou jato de tinta pigmentada.
- Velocidade mínima de impressão: 24 ppm.
- Memória RAM mínima: 2 GB.
- Processador com frequência mínima: 750 MHz.
- Painel touchscreen colorido de no mínimo 4,3".
- Digitalização frente e verso automática.
- Capacidade do ADF: mínimo de 50 folhas.
- Resolução de digitalização mínima: 600 x 600 dpi.
- Impressão segura via autenticação (biometria).
- Compatibilidade com soluções embarcadas de controle de impressão.
- Suprimentos originais com rendimento mínimo de 20.000 páginas (5% de cobertura).
- Capacidade de entrada de papel por gaveta principal: mínimo de 250 folhas.
- Gaveta bypass compatível com papéis especiais e papel cartão.
- Conectividade mínima: Ethernet 10/100/1000 Mbps, Wi-Fi, Wi-Fi Direct e USB frontal.
- Compatibilidade com Windows 10, Windows 11, MacOS e Linux.
- Drivers de impressão disponíveis para todos os sistemas citados.

- Interface web com suporte à conexão segura (HTTPS) e certificados SSL/TLS.
- Alimentação elétrica bivolt automática (110–240V). Caso o equipamento não seja bivolt, deverá ser fornecido transformador de 1º uso, homologado para uso contínuo e compatível com a potência do equipamento, atendendo às normas técnicas brasileiras.
- Certificação Energy Star ou similar.

Digitalização:

- Configurar até 30 trabalhos pré-definidos com as configurações e perfis de cada trabalho, com possibilidade de definir uma imagem para cada trabalho. Permitir bloqueio das configurações de parâmetros para os usuários.
- Detectar automaticamente o tamanho do original (função Auto Cropping).
- Detectar automaticamente se o documento é preto e branco, escala de cinza ou colorido.
- Rotacionar a imagem automaticamente de acordo com o conteúdo do documento.
- Definir resolução de 200 a 600 dpi, com incrementos de 1 dpi.
- Função de melhoria de reconhecimento de texto.
- Corrigir automaticamente a inclinação do documento, baseada em seu conteúdo.
- Eliminar páginas em branco com ajuste de nível de detecção.
- Remoção de fundo.
- Ajuste de brilho e contraste.
- Preencher automaticamente as bordas do documento, com opção de selecionar fundo preto ou branco, ajustando as quatro margens.
- Possibilidade de saída dupla de documento (Multi Stream).
- Pré-visualização das imagens enquanto o documento é digitalizado.

Edição:

- Possibilidade de inserir, remover, ajustar inclinação e alterar a ordem das páginas digitalizadas antes de salvar o arquivo.

Indexação:

- Salvar arquivo de indexação em formatos CSV, TXT ou XML.
- Campos de indexação: nome do usuário, data e hora, contador de páginas (fixo ou incremental), nome da estação de trabalho, código de barras detectado, OCR detectado, tipo de código de barras detectado, caminho do arquivo.
- Nomear arquivos automaticamente utilizando dados capturados do documento, como:
 - Código de barras (UPC, EAN, JAN, ITF, CODE39, CODBAR, CODE128, QR Code, PDF417, DataMatrix).
 - OCR Zonal (definir área do documento, capturar e permitir revisão e correção pelo usuário).
 - Classificação automática conforme padrões pré-definidos, renomeando ou criando novos arquivos.
- Separar trabalhos automaticamente com os seguintes separadores:
 - Por página fixa;
 - Por página em branco;
 - Código de barras;
 - OCR Zonal;
 - Formulário;
 - Tamanho de arquivo;
 - Patch Code.

Conversão de imagens:

- Formatos: PDF, PDF/A, PDF OCR (Português Brasil), TIFF, Multi-TIFF, JPEG, BMP, PNG, DOCX, XLSX, PPTX.
- Salvar arquivos em pasta local, rede, e-mail, FTP, envio para impressora, WebDAV, SharePoint, Evernote, Google Drive, SugarSync.
- Permitir execução de scripts de pós-processamento (.exe, .js ou .vbs) após envio do arquivo.

TIPO B

O equipamento deverá atender às seguintes características técnicas:

- Velocidade mínima: 25 ppm em cores.
- Resolução padrão mínima: 600 x 600 dpi.
- Pannel sensível ao toque colorido de no mínimo 4,3”.
- Linguagens de impressão suportadas: PCL 5c, PCL 6, PostScript 3.
- Ciclo máximo de trabalho mensal: mínimo de 70.000 páginas.
- Tempo de saída da primeira página (FPOT): menor que 6,5 segundos.
- Memória RAM mínima: 2 GB.
- Processador mínimo: 750 MHz.
- Gaveta de entrada padrão: 250 folhas (75 g/m²).
- Gaveta bypass: 75 folhas (75 g/m²), impressão em papéis especiais, etiquetas, pré-impresso, papel cartão.
- Saída de papel mínima: 150 folhas.
- Redução/ampliação de 25% a 400%, com incrementos de 1% e ajuste automático.
- Alimentador automático de originais: 50 folhas, frente e verso automático para cópia e digitalização.
- Digitalização para USB, FTP, SMB, e-mail (envio direto pelo painel do equipamento).
- Formatos de saída: TIFF, PDF, JPG; impressão USB frontal nos mesmos formatos.
- Fax homologado pela ANATEL.
- Conexão USB 2.0; rede Ethernet (RJ45, 10/100/1000 Mbps) e Wi-Fi (IEEE 802.11 b/g/n).
- Protocolos de impressão em rede: IPP, LPD, Port 9100, WSD.

- Página web com HTTPS e certificados SSL/TLS.
- Compatível com Windows, MacOS e Linux.
- Impressão/digitalização por dispositivos móveis Android e iOS via aplicativo do fabricante.
- Plataforma para integração de softwares de contabilização, gestão e controle de acesso.
- Aceitar leitores biométricos conforme especificação do termo de referência.
- Suportar tensão de entrada bivolt automática (110–240V AC, 60 Hz). Caso necessário, incluir transformador compatível.
- Suprimentos com capacidade de impressão: 10.000 páginas em preto (5% cobertura) e 5.000 páginas coloridas (5% cobertura).
- Configurar até 30 trabalhos pré-definidos com perfis e imagens; permitir bloqueio de parâmetros para usuários.

Configurar até 30 trabalhos pré-definidos com as configurações e perfis de cada trabalho, com a possibilidade de definir uma imagem para cada trabalho. Permitir o bloqueio das configurações de parâmetros para os usuários.

Captura

- Detectar automaticamente o tamanho do original (função Auto Cropping).
- Detectar automaticamente se o documento é preto e branco, escala de cinza ou colorido.
- Rotacionar a imagem automaticamente de acordo com o conteúdo do documento.
- Definir resolução de 200 a 600 dpi, com incrementos de 1 dpi.
- Função de melhoria de reconhecimento de texto.
- Corrigir automaticamente a inclinação do documento, baseada em seu conteúdo.
- Eliminar páginas em branco com ajuste de nível de detecção.
- Remoção de fundo.
- Ajuste de brilho e contraste.
- Preencher as bordas do documento automaticamente, com opção de selecionar fundo preto ou branco, ajustando as quatro margens do documento.
- Possibilidade de saída dupla de documento (Multi Stream).
- Pré-visualizar as imagens enquanto o documento é digitalizado.

Edição

- Possibilidade de inserir, remover, ajustar inclinação e alterar a ordem das páginas digitalizadas antes de salvar o arquivo.

Indexação

- Salvar arquivo de indexação em formatos CSV, TXT ou XML.
- Campos de indexação: nome do usuário, data e hora, contador de páginas configurável para ser fixo ou incremental, nome da estação de trabalho, código de barras detectado, OCR detectado, tipo de código de barras detectado, caminho do arquivo.
- Nomear os arquivos automaticamente utilizando os dados capturados do documento, como:
 - Código de barras (UPC, EAN, JAN, ITF, CODE39, CODBAR, CODE128, QR Code, PDF417, DataMatrix).
 - OCR Zonal (definir uma área do documento, capturar esta informação e abrir uma tela para que o usuário confirme, revise e, se necessário, corrija a informação).
 - Classificar os documentos de acordo com padrões pré-definidos, criando amostras de documentos e permitindo que seja identificado o tipo do documento, renomeando ou criando um novo arquivo.
- Separar trabalhos automaticamente com os seguintes separadores:
 - Por página fixa (definir a quantidade de páginas para fechar o arquivo).
 - Por página em branco (caso seja encontrada uma página no lote de documentos, o arquivo é fechado).
 - Código de barras (caso seja encontrado um dos códigos listados, o arquivo é fechado: UPC, EAN, JAN, ITF, CODE39, CODBAR, CODE128, QR Code, PDF417, DataMatrix).
 - OCR Zonal (caso seja encontrada a informação dentro da área configurada, o arquivo é fechado).
 - Formulário (caso seja encontrada uma página correspondente ao padrão digitalizado, o arquivo é fechado).
 - Tamanho de arquivo (definir o tamanho em KB para que o arquivo seja fechado).
 - Patch Code (fechar o arquivo quando encontrar a página de Patch Code).

Conversão de imagens

- Salvar documentos nos seguintes formatos: PDF, PDF/A, PDF OCR (Português Brasil), TIFF, Multi-TIFF, JPEG, BMP, PNG, DOCX, XLSX, PPTX.
- Salvar os arquivos em pasta local, rede, e-mail, FTP, envio para impressora, WebDAV, SharePoint, Evernote, Google Drive, SugarSync.
- Permitir, ao final do envio do arquivo, a execução de scripts de pós-processamento em formato .exe, .js ou .vbs.

TIPO C

- Funções de impressão, cópia e digitalização.
- Tipos de impressão: monocromática (preto e branco) e policromática (colorida).
- Velocidade de impressão mínima: 52 ppm em formato A4 ou Carta.
- Resolução mínima de impressão: 600 x 2400 dpi.
- Painel sensível ao toque colorido com tamanho mínimo de 9 (nove) polegadas.
- Placa de rede já instalada.
- Conectividade Wi-Fi padrão IEEE 802.11a/b/g/n; permitir ingresso em rede WLAN com SSID oculto.
- Linguagens de impressão: PCL 6 e PostScript nível 3.
- Drivers de impressão em português para Windows 10 ou superior, podendo ser desenvolvidos pelo fabricante do equipamento, compatíveis com os sistemas mencionados.
- Impressão duplex incorporada.
- Recurso de impressão mediante senha (impressão segura).
- Memória RAM mínima: 5,5 GB.
- Processador mínimo: 1 GHz.
- Hard disk mínimo: 320 GB.
- Alimentador automático de no mínimo 100 folhas (ADF).

- Bandeja de entrada: mínimo 500 folhas.
- Bandeja de saída: mínimo 250 folhas.
- Digitalização duplex em única passagem, sem intervenção do usuário.
- Digitalização para e-mail sem utilização de microcomputador; envio com suporte a SMTP com autenticação e TLS.
- Digitalização em preto/branco e colorida.
- Formato de arquivo digitalizado: TIFF, JPEG e PDF, PDF pesquisável (OCR) nativo no equipamento, sem software adicional.
- Equipamento deve possuir plataforma de desenvolvimento aberta, permitindo embarcar soluções como bilhetagem, pull printing, follow-you e retenção de trabalhos baseados em filas de impressão.
- Resolução mínima para cópia e digitalização: 600 x 600 dpi.
- Opções de tamanho dos documentos a serem digitalizados: até A4.
- Dimensões e gramaturas do papel: entre 75 e 90 g/m².

Digitalização, Edição e Indexação

- Configurar até 30 trabalhos pré-definidos com as configurações e perfis de cada trabalho, com a possibilidade de definir uma imagem para cada trabalho. Permitir o bloqueio das configurações de parâmetros para os usuários.

Captura:

- Detectar automaticamente o tamanho do original (função Auto Cropping).
- Detectar automaticamente se o documento é preto e branco, escala de cinza ou colorido.
- Rotacionar a imagem automaticamente de acordo com o conteúdo do documento.
- Definir resolução de 200 a 600 dpi com incrementos de 1 dpi.
- Função de melhoria de reconhecimento de texto.
- Corrigir automaticamente a inclinação do documento, baseada em seu conteúdo.
- Eliminar páginas em branco com ajuste de nível de detecção.
- Remoção de fundo.
- Ajuste de brilho e contraste.
- Preencher as bordas do documento automaticamente, com opção de selecionar fundo preto ou branco, ajustando as quatro margens do documento.
- Possibilidade de saída dupla de documento (Multi Stream).
- Pré-visualizar as imagens enquanto o documento é digitalizado.

Edição:

- Possibilidade de inserir, remover, ajustar inclinação e alterar a ordem das páginas digitalizadas antes de salvar o arquivo.

Indexação:

- Salvar arquivo de indexação em formatos CSV, TXT ou XML.
- Campos de indexação: nome do usuário, data e hora, contador de páginas configurável (fixo ou incremental), nome da estação de trabalho, código de barras detectado, OCR detectado, tipo de código de barras detectado, caminho do arquivo.
- Nomear os arquivos automaticamente utilizando os dados capturados do documento:
 - Código de barras (UPC, EAN, JAN, ITF, CODE39, CODBAR, CODE128, QR Code, PDF417, DataMatrix).
 - OCR Zonal (definir área do documento, capturar informação e abrir tela para confirmação, revisão e correção, se necessário).
 - Classificar documentos de acordo com padrões pré-definidos, criando amostras e permitindo identificar o tipo do documento, renomeando ou criando novo arquivo.
- Separar trabalhos automaticamente com os seguintes separadores:
 - Por página fixa.
 - Por página em branco.
 - Código de barras (UPC, EAN, JAN, ITF, CODE39, CODBAR, CODE128, QR Code, PDF417, DataMatrix).
 - OCR Zonal.
 - Formulário.
 - Tamanho de arquivo (definido em KB).
 - Patch Code.

Conversão de imagens:

- Salvar documentos nos formatos: PDF, PDF/A, PDF OCR (Português Brasil), TIFF, Multi-TIFF, JPEG, BMP, PNG, DOCX, XLSX, PPTX.
- Salvar arquivos em pasta local, rede, e-mail, FTP, envio para impressora, WebDAV, SharePoint, Evernote, Google Drive, SugarSync.
- Permitir execução de scripts de pós-processamento em formato .exe, .js ou .vbs ao final do envio.

TIPO D

- Nobreak de potência mínima: 600 VA.
- Tensão de entrada: 115V / 220V (bivolt automático).
- Tensão de saída: 115V.
- Proteção contra subtensão, sobretensão, curto-circuito, sobrecarga e descarga total das baterias.
- Proteção contra queda de rede e ruído elétrico; proteção contra surtos de tensão.
- Proteção contra sobreaquecimento, potência excessida, descarga total da bateria e curto-circuito no inversor.
- Quantidade de tomadas: 3 tomadas com energia protegida e ininterrupta + 3 tomadas com energia protegida.
- Frequência de rede: 50 Hz ou 60 Hz (+/- 5%), detecção automática.
- Frequência de inversor: +/-1%.
- Bateria interna: 12V 5Ah.
- Autonomia média: 20 minutos.

- Tensão de operação da bateria: 12V.
- Fator de potência de saída: 0,65.
- Tempo de transferência: 1 ms.
- Forma de onda no inversor: semissenoidal (aproximada a senoidal - trapezoidal - PWM).
- Circuito desmagnetizador: sim.
- Rendimento em rede (meia carga): >96%.
- Rendimento em inversor (meia carga): >80%.
- Faixa de entrada: 90V a 260V (bivolt automático sob demanda).
- Faixa de entrada 115V: 99V-138V (CA).
- Faixa de entrada 220V: 189V-264V (CA).
- Tolerância para tensão de saída no inversor: +/- 6%.
- Proteção contra sobrecarga, subtensão e sobretensão: sim.
- Proteção externa contra curto-circuito: sim.
- Estabilizador integrado.
- Chave liga/desliga memorizada e temporizada; indicadores visuais (rede e bateria).
- Alarme sonoro.
- Comprimento do cabo de alimentação: 1,25 m (+/- 50 mm).

9. REQUISITOS COMUNS A TODOS OS EQUIPAMENTOS

9.1 Todos os equipamentos devem ser novos, de primeiro uso e em linha de fabricação.

- Equipamentos A4 e A3 devem ser compatíveis com o software de gerenciamento, comprovado no envio da proposta através de fichas técnicas, catálogos ou documentação oficial do fabricante.
- Todos os equipamentos multifuncionais devem possuir recurso OCR.
- Todos os equipamentos multifuncionais devem ser enviados com leitor biométrico e RFID com LED para autenticação do usuário, frequência de operação RFID 125 kHz e 13,56 MHz, compatível com USB e tecnologias Zodiac, Acuprox, Acumifare, NFC e Mifare. Os leitores devem ser compatíveis com os equipamentos ofertados e software de bilhetagem, com comprovação de compatibilidade junto aos catálogos.
- Para fins de exigência, serão consideradas as especificações contidas no capítulo “ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS” deste projeto básico, não sendo considerada a descrição do ID como referência de especificação.

10. SOFTWARE

Especificações mínimas dos softwares de gerenciamento:

- Contabilizar os trabalhos de cópia e impressão identificando, no mínimo:
 - Nome do usuário;
 - Nome do trabalho impresso;
 - Horário de impressão;
 - Impressora;
 - Número de páginas;
 - Tipo de cor (colorido ou monocromático);
 - Modo de impressão (simplex ou duplex);
 - Custo de cada documento impresso e seu valor percentual.
- Permitir separar os tipos de serviços utilizados (impressão, cópia e digitalização).
- Permitir aos usuários interagir com os dados disponíveis, gerar visualizações personalizadas e exportá-las, no mínimo, em formato CSV.
- Permitir impressão segura com autenticação biométrica.
- Disponibilizar um repositório seguro para armazenar os trabalhos de impressão até a liberação pelo usuário, não admitindo retenção nas filas de impressão.
- Realizar monitoramento remoto e online de todos os equipamentos e suprimentos, visando otimização do atendimento e pró-atividade na identificação de falhas.
- A contratada deve controlar os suprimentos e seus status de carga atual.
- Informar a média de cobertura de todos os suprimentos utilizados no mês de referência.
- Gerenciar o estoque de suprimentos enviados a cada localidade.
- Detalhar todos os suprimentos trocados, agrupados por localidade, incluindo: modelo e nome do equipamento, serial, cor, capacidade, data de entrada e de troca, dias em uso, quantidade de páginas impressas e cobertura.
- Permitir que os usuários solicitem suprimentos de reposição.
- Informar contadores de cada equipamento, separando monocromáticos e policromáticos (nos casos de equipamentos coloridos).
- Registrar e listar histórico de alertas da impressora.
- Disponibilizar relatórios indicando o número estimado de dias restantes de suprimento de cada equipamento.
- Disponibilizar painel de monitoramento do impacto ambiental, emitir certificado mensal de páginas realizadas, permitindo validação do certificado pelo contratante.
- Suportar administração via web.
- Permitir integração 100% com Active Directory (campos: departamento, centro de custo).
- Enviar relatórios automáticos aos gestores.
- Permitir customização de relatórios pelo cliente.
- Permitir bilhetagem de sistema SAP.
- Permitir impressão de marca d'água.

Criação e aplicação de regras:

- Definir regras baseadas em atributos do trabalho de impressão: cor, simplex/duplex, palavras específicas no título, quantidade mínima/máxima de páginas.
- Comportamento da regra, no mínimo:
 - Notificar e não bloquear o usuário;

- Notificar e bloquear o usuário;
- Sugerir conversão ao usuário;
- Converter automaticamente e notificar;
- Converter automaticamente e não notificar.
- Regras aplicáveis a:
 - Usuários;
 - Grupo de usuários;
 - Impressora;
 - Usuário na impressora.
- Possibilitar criação e aplicação de regras adicionais, a critério do contratante:
 - Bloquear uso da copiadora;
 - Converter trabalhos simplex para duplex;
 - Converter trabalhos color para monocromático.
- Conversão duplex ou mono pode ser automática ou sugerida ao usuário.

Sistema de impressão remota:

- Cadastro do usuário sem necessidade de autorização prévia.
- Cadastro dos serviços de impressão previstos no contrato.
- Upload do documento pelo usuário para a central de reprografia.
- Download do documento pela central de reprografia.
- Cancelamento de solicitação pela central, informando motivo no portal.
- Usuário informa número de páginas e quantidade de cópias no portal.
- Dois tipos de acesso: usuário e central de reprografia.
- Cadastro do usuário deve incluir: nome, e-mail, telefone, ID, nome e setor da unidade descentralizada.
- Acompanhamento do status de pedidos pelo portal.
- Apresentação do valor total de cada trabalho solicitado.
- Sistema em língua portuguesa, funcional via web, sem necessidade de estar na mesma rede.
- Suporte 100% web, compatível com navegadores em linha de produção e versões atuais.

Sistema de capacitação de funcionalidades e recursos de impressão .

- Treinamento online para servidores designados, abrangendo:
 - Apresentação e operação dos equipamentos;
 - Reposição de suprimentos;
 - Resolução de problemas de impressão;
 - Interpretação de mensagens do painel e LEDs;
 - Principais alertas (atolamentos, níveis de consumíveis, tampas abertas).
- Treinamentos em vídeo ilustrativo; arquivos físicos (.pptx, .doc, .pdf) opcionais.
- Acesso à plataforma via qualquer dispositivo com internet, compatível com os principais navegadores.
- Conteúdo disponível para futuras consultas sem custos adicionais.

11. FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1 Condições de execução

11.1.2 Dinâmica da execução:

- Assinatura contratual: máximo 5 dias úteis após convocação.
- Início da execução: máximo 10 dias corridos após emissão da Ordem de Serviço (OS).
- Hora útil: segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h (horário de Brasília), excetuando feriados municipais, estaduais e nacionais.

11.1.3 Entrega e instalação:

- a) Aceite dos equipamentos: até 5 dias corridos após assinatura do contrato.
- b) Instalação e configuração: até 10 dias corridos após o aceite.

11.1.4 Reposição de insumos:

- Realizada antes do esgotamento, com envio em até 72 horas corridas após notificação.

11.1.5 Local de prestação dos serviços:

- Unidades administrativas e operacionais da SEASDH - Rio Branco e Cruzeiro do Sul/Acre.

11.1.6 Materiais e equipamentos:

- Impressoras multifuncionais e nobreaks em linha de produção;
- Softwares de impressão remota, gerenciamento e bilhetagem licenciados;
- Insumos e peças de reposição (incluindo papel).

11.1.7 Garantia dos serviços:

- Prazo contratual complementar à legal: 12 meses, contados a partir do recebimento definitivo.

11.1.8 Quantidade mínima de bens e serviços:

- Cada Ordem de Serviço deve especificar volumes, local e prazo de execução.

11.1.9 Comunicação formal:

- Ordem de Serviço (OS);
- Ofícios;
- E-mails corporativos;
- Reuniões presenciais ou virtuais com ata.

12. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

12.1 Forma de seleção:

- Pregão Eletrônico, critério de menor preço por lote Global.

12.2 Regime de execução:

- Mensal, conforme contrato.

12.1. Qualificação Econômico-Financeira

- O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.](#)
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

Qualificação Técnica

- Será considerada para qualificação técnica os requisitos exigidos no capítulo de Requisitos Técnicos.

13. REQUISITOS TÉCNICOS

13.1. Para tomar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, consideram-se compatíveis os atestados que expressem que o licitante já forneceu pelo menos 30% das quantidades de cada categoria de equipamentos relacionadas ao objeto deste Projeto Básico, descritas na proposta de preços apresentada nesta licitação.

13.2. O licitante poderá apresentar tantos atestados de aptidão técnica quantos julgar necessários para comprovar fornecimento de objeto similar, destacando-se a necessidade de que tais atestados demonstrem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, 30% da quantidade que está propondo neste certame.

13.3. No caso de pessoa jurídica de direito público, os atestados deverão ser assinados pelo titular da pasta ou pelo responsável do setor competente do órgão. Para pessoa jurídica de direito privado, os atestados deverão ser assinados pelo representante legal.

13.4. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, conforme este Edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Pregoeiro.

13.5. Declaração de que atenderá às exigências mínimas relativas aos equipamentos, sistemas e fornecimento de treinamento para o pessoal técnico, essencial para o cumprimento do objeto deste Projeto Básico.

13.6. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

14. LOGÍSTICA REVERSA

14.1 Programa de Destinação de Resíduos Sólidos (Preservação Ambiental)

14.2 Apresentar declaração de que cumprirá o processo de destinação ambientalmente correta de todos os recipientes e resíduos dos suprimentos, bem como apresentar o plano de destinação de resíduos sólidos.

15. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A solução a ser fornecida deverá atender aos requisitos a seguir:

15.1 Locação de equipamentos novos, sem uso, em linha de produção, devidamente instalados.

15.2 Fornecimento dos suprimentos: toner, cartuchos, papel, kits de manutenção das impressoras, na quantidade correspondente à leitura mensal de impressão/cópias/fax dos equipamentos.

15.3 Fornecimento de suporte técnico quando necessário.

15.4 Fornecimento de assistência técnica on-site.

15.5 Fornecimento de software para gerenciamento de impressão e monitoramento online do ambiente, informando níveis de abastecimento de papel, cartucho e toner, bem como necessidade de troca de kits de manutenção.

15.6 Fornecimento de software de contabilização das impressões de cada equipamento.

15.7 Todas as impressoras e impressoras multifuncionais, para efeito de auditoria, deverão possuir recursos de contabilização de volume impresso pelo hardware, independentemente do software de gestão, para confirmação dos quantitativos informados nos relatórios.

15.8 Após o início dos serviços, realizar treinamento mínimo para 02 (dois) funcionários de cada órgão CONTRATANTE no software de contabilização de recursos das impressoras, fornecido pela CONTRATADA. Esses funcionários serão responsáveis pelo monitoramento, gestão e aprovação dos relatórios de bilhetagem gerados pela ferramenta.

16. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

16.1 O serviço a ser executado deverá observar o regramento disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

16.1.1 A LGPD estabelece regras, requisitos e obrigações para o tratamento de dados pessoais, abrangendo qualquer atividade que utilize dado pessoal na execução da operação, incluindo coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, portabilidade, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração da informação.

16.1.2 Serão consideradas sigilosas todas as informações classificadas ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado.

16.1.3 Incluem-se informações sobre as atividades da Contratante e quaisquer informações técnicas ou comerciais relacionadas ou não ao contrato, doravante denominadas informações, a que a CONTRATADA venha a ter acesso direta ou indiretamente durante a execução do contrato.

10.1.4 A CONTRATADA compromete-se a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento dessas informações a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do contrato faça uso indevido dessas informações, as quais se restringem estritamente ao cumprimento do contrato.

10.1.5 A CONTRATADA deve adotar todas as medidas necessárias para proteger as informações sigilosas da Contratante, evitando a divulgação a terceiros, exceto quando devidamente autorizada por escrito.

10.1.6 A quebra de sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, poderá ensejar aplicação imediata de penalidades.

10.1.7 Não será exigida garantia de execução contratual, por se tratar de serviço de locação contínua, sem risco relevante de inadimplemento.

17. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

17.1 A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, cumprindo diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

17.2 A CONTRATADA deverá aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referentes ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, quando aplicável ao objeto desta contratação.

17.3 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

18. DA JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO

18.1 Considerando a natureza dos serviços e a logística envolvida, entende-se que o objeto desta contratação não é passível de parcelamento. A contratação deve ser realizada de forma global, abrangendo serviços de outsourcing de impressão, cópia e digitalização, e locação de nobreaks para todos os setores da Secretaria, tanto na capital quanto no interior do Estado.

18.2 Essa opção é justificada pelos seguintes fatores:

18.2.1 **Integração operacional:** os serviços de impressão e fornecimento de nobreaks são interdependentes e devem ser gerenciados de maneira unificada para garantir a continuidade e a qualidade do atendimento.

18.2.2 **Economia de escala:** a contratação de forma global possibilita melhores condições comerciais e operacionais, otimizando custos com manutenção, logística de distribuição e suporte técnico.

18.2.3 **Homogeneidade técnica:** garante padrão de qualidade nos equipamentos e serviços em todas as unidades da SEASDH.

18.2.4 **Gestão centralizada:** proporciona maior controle e eficiência no gerenciamento de contratos, permitindo acompanhamento por meio de um único sistema de bilhetagem e monitoramento.

18.2.5 Dessa forma, o parcelamento da contratação poderia comprometer a eficiência, a economicidade e a gestão integrada dos serviços essenciais à SEASDH.

18.2.6 Vigência inicial de 12 meses, prorrogável por iguais períodos até 60 meses, mediante justificativa e vantagem.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 As licenças para instalação nos servidores de todos os softwares ofertados (originais e legalizados) serão de responsabilidade da CONTRATADA.

19.2 É de responsabilidade da CONTRATADA a realização de testes de funcionalidade dos componentes de hardware dos equipamentos.

19.3 A CONTRATADA deverá realizar testes do software instalado a fim de garantir sua funcionalidade.

19.4 A manutenção preventiva e corretiva será realizada pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

19.5 A manutenção preventiva será realizada conforme calendário ajustado entre as partes, visando prevenir quebras ou defeitos e conservar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, nos locais onde estejam instalados.

19.6 Os serviços de manutenção serão realizados no horário comercial, das 08h às 18h, de segunda a sexta-feira.

19.7 Os tempos máximos para atendimento e solução de problemas serão contados a partir da abertura do chamado técnico pelo representante da CONTRATANTE.

19.8 O “Chamado técnico para manutenção corretiva” ou Suporte Técnico será efetuado pelo representante da CONTRATANTE via telefone, fax ou e-mail, preenchendo o documento de Acompanhamento de Abertura de Chamados Técnicos, contendo no mínimo:

- 19.8.1 Número de série dos equipamentos;
- 19.8.2 Local de instalação dos equipamentos;
- 19.8.3 Defeito ou ocorrência observada;
- 19.8.4 Nome e telefone do responsável pela solicitação;
- 19.8.5 Nome do responsável local.

19.9 Define-se como “Tempo de atendimento ao chamado” o período entre a comunicação do chamado e a chegada do técnico ao local.

19.10 Define-se como “Tempo de solução do problema” o período entre a chegada do técnico ao local e a conclusão da solução, devidamente registrado no documento de Acompanhamento de Abertura de Chamados Técnicos.

19.11 Caso o reparo não seja concluído no prazo estabelecido e o equipamento se torne inviável, a CONTRATADA deverá substituí-lo em até 12 (doze) horas, ou fornecer um novo equipamento.

19.12 O técnico fará relatório dos procedimentos adotados, que será aprovado pela CONTRATANTE e anexado ao documento de Acompanhamento de Abertura de Chamados Técnicos.

19.13 Entende-se por “Conclusão dos chamados” o término do trabalho, solucionando definitivamente o problema, inclusive em casos de substituição por backup.

19.14 A CONTRATADA será responsável pelo dimensionamento dos recursos humanos necessários à operação do ambiente.

19.15 A CONTRATADA deverá encaminhar relatórios semanais parciais do sistema de bilhetagem a cada órgão CONTRATANTE, até o 5º dia corrido do mês subsequente, para conferência e suporte ao aceite da fatura mensal.

19.16 Os serviços prestados deverão ser de “Alto Padrão”, não sendo aceitas cópias esbranquiçadas, manchadas, mal centralizadas ou com qualquer falha que comprometa a qualidade.

19.17 O serviço de suporte técnico deverá estar disponível no horário comercial, utilizando e-mail, site ou WhatsApp da CONTRATADA para abertura de chamados, 24h/7 dias.

19.18 Toda a logística de distribuição dos equipamentos e insumos será de responsabilidade da CONTRATADA.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1 Fornecer toda a infraestrutura necessária para instalação e funcionamento dos equipamentos, incluindo local físico, tomadas elétricas e pontos de acesso à rede.

20.2 Permitir livre acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais de execução dos serviços.

20.3 Os empregados da CONTRATADA deverão acessar os locais devidamente identificados com crachás, cumprindo normas de segurança.

20.4 Fiscalizar, de acordo com sua conveniência e interesse, o cumprimento das cláusulas e condições do Termo de Referência e do contrato.

20.5 Receber e conferir as especificações dos equipamentos, garantindo que atendam aos requisitos mínimos de hardware e software.

20.6 Acompanhar e validar a instalação do software de bilhetagem realizada pela CONTRATADA.

20.7 O contratado deverá realizar manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos locados, sem ônus adicional.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. É **vedada a subcontratação** total ou parcial do objeto contratado, nos termos do art. 121, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, salvo autorização **prévia e expressa** da Administração.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

22.1. **Não** haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

23. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

21.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução da prestação de serviços serão realizados por um servidor ou seu substituto, designado pela Contratante, observando-se as disposições contidas no art. 117 e seus respectivos parágrafos da Lei nº 14.133/2021.

21.2 O fiscal designado acompanhará a execução dos serviços para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, assegurando os melhores resultados para a Administração, conforme art. 22 do Decreto nº 11.246/2022.

21.3 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

21.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

21.5 A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais, conforme a Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

21.6 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá ocasionar a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções legais.

21.7 Reforçar referência expressa à Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e às políticas internas de segurança da informação.

24. PROPOSTAS

- 22.1 A licitante deverá apresentar proposta de preço, indicando o valor unitário, mensal e global. Os preços já devem incluir todas as despesas, tais como frete, taxas, impostos, dentre outros.
- 22.2 Indicar que os preços do serviço contratado são fixos e não reajustáveis, exceto para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato após 01 (um) ano de sua execução, mediante índice IPCA ou equivalente.
- 22.3 Indicar que o preço da proposta é válido por 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

25. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 Serão aplicadas penalidades legais se a Contratada cometer quaisquer infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

- 23.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 23.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 23.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
- 23.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 23.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente justificado e aceito pela Administração Pública;
- 23.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar documentação exigida para assinatura, inclusive aditivos, dentro do prazo previsto;
- 23.1.7 Retardar a execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 23.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- 23.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 23.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 23.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

23.2 A Contratada que incorrer em quaisquer infrações sujeita-se, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 23.2.1 Advertência, quando a infração não justificar penalidade mais grave;
- 23.2.2 Multa, nas seguintes hipóteses:

- 23.2.3 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado por infração do subitem 16.1.6;
- 23.2.4 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado por infração do subitem 16.1.1;
- 23.2.5 Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor homologado por infração do subitem 16.1.3;
- 23.2.6 Multa moratória de 2% (dois por cento) do valor homologado por dia de atraso, até o trigésimo dia, se os produtos não forem entregues na data prevista sem justificativa aceita pela Contratante.

23.3 Na aplicação das sanções, serão considerados:

- 23.3.1 A natureza e a gravidade da infração;
- 23.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 23.3.3 Circunstâncias agravantes e atenuantes;
- 23.3.4 Os danos causados à Administração Pública;
- 23.3.5 A multa pode ser aplicada cumulativamente com outras sanções;
- 23.3.6 A aplicação de penalidades será precedida de processo administrativo regular, garantindo contraditório e ampla defesa, conforme art. 14.133/2021.

26. FICHA TÉCNICA E PROVA DE CONCEITO

24.1 Será realizada prova de conceito, necessária para sanar dúvidas e atestar que as soluções apresentadas pela Licitante de menor preço estão em conformidade com as funcionalidades e desempenho exigidos neste Termo de Referência.

24.2 Concluída a fase de lances e definida a Licitante de menor preço, esta deverá indicar o ambiente físico em Rio Branco onde será realizada a prova de conceito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, no horário das 08h00 às 12h00, conforme agendamento do Pregoeiro.

24.3 Na prova de conceito, deverão estar instalados e funcionando um equipamento de cada tipo, exceto nobreak, bem como os softwares propostos, conforme exigências em anexo, para atestar o funcionamento dos softwares com os equipamentos apresentados.

24.4 A licitante deverá montar um ambiente que demonstre todas as soluções de software apresentadas, juntamente com um dos equipamentos conforme definido na cláusula anterior.

24.5 Os tipos de equipamentos apresentados deverão ser os mesmos informados na proposta de preços da Licitante.

24.6 O prazo para apresentação do laudo conclusivo pela equipe técnica será de até 2 (dois) dias úteis, a contar da realização da prova de conceito.

24.7 O resultado do laudo será divulgado posteriormente aos demais participantes da licitação.

27. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1 O Registro de Preços será formalizado por meio da Ata de Registro de Preços, nas condições previstas neste Edital.

25.2 O prazo de vigência da ata será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantagem do preço.

25.3 O contrato decorrente da ata terá vigência conforme art. 341 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

Justificativa para SRP:

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação de serviços de outsourcing de impressão e locação de nobreaks se justifica pela necessidade de atender demandas contínuas e recorrentes da SEASDH, com maior flexibilidade e eficiência administrativa, permitindo:

- Contratação gradativa de acordo com demandas da SEASDH;
- Planejamento e controle orçamentário mais eficiente, evitando múltiplos processos licitatórios;
- Contratação de serviços padronizados e de uso contínuo;
- Possibilidade de adesão futura por outros órgãos ou entidades da Administração Pública;
- Maior economicidade e agilidade no atendimento das demandas.

Órgão gerenciador e participantes:

O órgão gerenciador será a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

Não há outros órgãos ou entidades públicas participantes do registro de preços.

Da formalização da ata de registro de preços:

Após homologação, deverão ser observadas as seguintes condições:

- Serão registrados na ata os preços e quantitativos do adjudicatário, conforme art. 319, V, do Decreto Estadual nº 11.363/2023;
- Incluir registros dos licitantes que aceitarem preços iguais aos do adjudicatário ou que mantiverem sua proposta original;
- Respeitar a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados;
- Caso o vencedor não assine a ata no prazo previsto ou haja cancelamento do registro, aplica-se o disposto nos arts. 331 e 332 do Decreto Estadual nº 11.363/2023;
- O preço registrado será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata.

Da utilização da ata de registro de preços:

- Órgãos ou entidades da Administração Pública poderão utilizar a ata mediante anuência do gerenciador e do fornecedor, respeitando art. 336 e demais condições do Decreto nº 11.363/2023;
- Órgãos não participantes devem apresentar justificativa de adesão, comprovar compatibilidade de valores e obter aceitação do gerenciador e fornecedor;
- Após autorização, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação em até 90 dias, podendo prorrogar excepcionalmente mediante solicitação aceita pelo gerenciador;
- É vedada adesão de órgãos estaduais à ata gerenciada por órgão municipal, conforme art. 338 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

Da validade da ata de registro de preços

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual, observando, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substitutivo deverá constar a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A ata de registro de preços deverá ser assinada em até 5 (cinco) dias após a convocação.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado, ou o fornecedor, no caso de contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

O instrumento contratual referido no item anterior deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

Quando o convocado não assinar a ata no prazo e nas condições estabelecidos, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para assinarem em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

28. DO PAGAMENTO

28.1. O pagamento dos bens efetivamente entregues será efetuado à empresa contratada mensalmente, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela, compreendendo nesse período a fase de ateste do documento fiscal, o qual conterà o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições estabelecidas no contrato. Prendido nesse período a fase de ateste deste, o qual conterà o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto, em moeda corrente nacional, de acordo com as condições

28.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

28.3. Após apresentação da fatura/nota fiscal devidamente atestada, deverá conter os documentos de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, dentre outros, abaixo descritos, que são condição não de pagamento, mas de manutenção da condição de habilitado a fornecer para o Estado do Acre:

- I - Certidão Negativa de Débito Municipal;
- II - Certidão Negativa de Débito Estadual emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ (pessoa física e jurídica) e pela Procuradoria Geral do Estado - PGE (pessoa jurídica);
- III - Certidão Conjunta Negativa da Fazenda Federal (compreendendo certidão unificada da dívida ativa da união, quitação de tributos federais e quitação de contribuições previdenciárias);
- IV - Certidão Negativa de Débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista;
- VI - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Estadual;
- VII - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Federal e;
- VIII - Outros documentos que se fizerem necessários para comprovação de regularidade da contratada.

28.4. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

- a) Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH, localizada na Avenida Nações Unidas nº 2.731, bairro: Estação Experimental, cidade de Rio Branco/Acre – CEP. 69.918- 172.
- b) CNPJ nº 33.863.850/0001-72, devendo constar no corpo da nota fiscal/fatura o número do contrato e do empenho.

28.5. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

28.6. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

28.7. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$, onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

28.8. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede da SEASDH, para o Fiscal do Contrato, no horário de expediente do Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

28.9. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

28.10. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

28.11. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

28.12. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

28.13. Antecipação de pagamento

- a) Não haverá a antecipação de pagamento por qualquer solicitação de fornecimento indicados neste Termo de Referência.

29. DAS ALTERAÇÕES DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS

29.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme o disposto no **Art. 124 c/c 125 da Lei nº 14.133/2021**, nas seguintes hipóteses:

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) qualitativa: quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quantitativa: quando for necessária a modificação do valor contratual em razão de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei.

II - Por acordo entre as partes (Consensual):

- a) para substituição da garantia de execução;
- b) para modificação do regime de execução ou modo de fornecimento, por verificação técnica de inaplicabilidade dos termos originários;
- c) para modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor nominal atualizado;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial (Reequilíbrio), em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou álea econômica extraordinária e extracontratual.

29.2. O Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições econômicas pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto na Lei nº 14.133/21 em seu artigo:

"Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que sejam realizados no objeto e, no

caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos"

29.3. As alterações contratuais deverão ser obrigatoriamente formalizadas por meio de **Termo Aditivo**, precedido de instrução processual que contenha parecer técnico e jurídico, ressalvadas as hipóteses de simples apostilamento.

29.4. **Vedação:** Nenhuma alteração poderá ser realizada com o intuito de transfigurar o objeto licitado ou burlar a obrigatoriedade de licitação.

30. ANEXOS

27.1 Anexo I – Modelo de Planilha de Formação de Preços

28. DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação; A inobservância das presentes especificações técnicas, deste Termo de Referência, implicará a não aceitação parcial ou total do objeto contratado, devendo a empresa contratada refazer as partes recusadas sem direito a indenização;

28.2 As licitantes devem observar e fazer observar os mais altos padrões éticos, durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cuja inobservância as sujeitará às sanções previstas na legislação;

28.3 A modalidade adotada será do tipo Pregão Eletrônico do tipo de execução menor preço por Lote;

28.4 O gestor e o fiscal do contrato serão indicados através de portaria publicada no D.O.E, no ato da contratação;

28.5 Em caso de divergência entre as disposições do Edital e deste Termo de Referência prevalecerão as do Termo de Referência;

28.6 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 e Decreto Estadual nº 11.363/2023.

28.7 A licitação se dará por **LOTE**. Não haverá parcelamento tendo em vista que se trata de objeto indivisível.

TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS DE SOLUÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE IMPRESSÃO

ANEXO I – MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

1. A proposta de preço, além de apresentar todas as exigências contidas no edital e seus anexos, deverá conter a planilha de formação de preço conforme modelo abaixo

QUANTIDADES DE PAGINAS E NOBREAKS

Item	Descrição	Qtd Cópias Registrada Mensal	Qtd Cópias Registrada Anual
I	Serviço de Franquia Mensal Monocromática	104.000	1.248.000
II	Excedente Mensal Monocromático	39.000	468.000
III	Franquia Mensal Policromática	19.500	234.000
IV	Excedente Mensal Policromático	9.750	117.000
V	Locação de Nobreak	455 und	5.460 und

QUANTIDADES DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA FORNECIMENTO DE CÓPIAS REGISTRADAS, QUE IRÃO ATENDER AS DEMANDAS DA SEADSH RIO BRANCO E UNIDADES DE CRUZEIRO DO SUL/AC.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD de equipamento
1	LOCAÇÃO DE IMPRESSORA, Monocromática Multifuncional LASER ou LED ou Jato de Tinta – Denominada TIPO "A", conforme especificações constantes no Termo de Referência.	UNIDADE	50
2	LOCAÇÃO DE IMPRESSORA, Colorida Multifuncional LASER ou LED ou Jato de Tinta – Denominada TIPO "B", conforme especificações constantes no Termo de Referência.	UNIDADE	15
3	LOCAÇÃO DE IMPRESSORA, Colorida Multifuncional grande porte LASER ou LED ou Jato de Tinta – Denominada TIPO "C", conforme especificações constantes no Termo de Referência.	UNIDADE	08
5	LOCAÇÃO DE NOBREAK, – Denominada TIPO "D", conforme especificações constantes no Termo de Referência.	UNIDADE	455

LOTE ÚNICO - QUANTIDADES DE PAGINAS E VALORES PARA CONSUMO

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE IMPRESSÃO (MENSAL-RB/CZS)	QUANTIDADE IMPRESSÃO ANUAL-RBL/CZS)	UNID.	VALOR UNITÁRIO DE PAGINAS	VALOR ANUAL-RB/CZS)
LOTE I	I	Franquia Mensal Monocromática	80.000	960.0000	Páginas		
	II	Excedente Mensal Monocromático	30.000	360.000	Páginas		
	III	Franquia Mensal Policromática	15.000	180.000	Páginas		
	IV	Excedente Mensal Policromático	7.500	90.000	Páginas		

	V	Locação de Nobreak	350	4.200	Unidade		
Total Anual Lote I						RS	

Quantidade para Registro de Preço

Item	Quantidade de páginas p/ Registro (Mensal RB/CZS)	Quantidade de páginas p/ Registrado Anual para RB/CZS	Valor Total Registro (Mensal)	Valor Total Registro (Anual)
I	104.000	1.248.000		
II	39.000	468.000		
III	24.000	296.400		
IV	9.750	117.000		
V	455	5.460		
Valor Total para Registro de Preço				

Valor Total estimado anual para Registro de preço (Rio Branco e Cruzeiro do Sul) é de **RSXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXX)**

Paulo Sérgio Lima Cavalcante
Diretor, Diretoria de Modernização e Tecnologia da Informação - DIMOTI
PORTARIA SEASDN Nº 4/2025



Documento assinado eletronicamente por **PAULO SERGIO LIMA CAVALCANTE, Diretor**, em 27/03/2026, às 10:41, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020084387** e o código CRC **6CD7C855**.

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0860.012979.00004/2026-55

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXXX

Validade da Ata: XX meses

O ESTADO DO ACRE, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS – SEASDH, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.863.850/0001-72, com sede na Av. Nações Unidas, 2731 - Estação Experimental. Rio Branco – Acre, CEP 69912-600 doravante denominada "Órgão Gerenciador", por intermédio da sua secretária a Senhora MAILZA ASSIS CAMELI, nomeado por meio do nº 7.100-P, de 14 de Junho de 2024 e o Decreto Estadual nº 7.321-P, de 04 de Julho de 2024 e, de outro lado a empresa... , com sede na Rua..., nº 0000, Bairro..., CEP: ... , na cidade de ... inscrita no CNPJ sob o nº..., neste ato representada pelo Sr. ..., brasileiro, (estado civil), (profissão), portador do RG nº ... SSP/XX e inscrito no CPF nº ..., residente e domiciliado no (endereço completo), nº ..., bairro xxxx, CEP: ..., na cidade..., resolvem REGISTRAR OS PREÇOS, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e no Decreto Estadual nº 11.363/2023, bem como as demais normas legais correlatas e, CONSIDERANDO a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços em epígrafe, conforme Ata publicada em XX/XX/XXXX e homologada pela Autoridade Competente, conforme disposições abaixo:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de **serviços de outsourcing** - solução e terceirização de impressão, **cópia e digitalização**, incluindo manutenção preventiva e corretiva e software de controle de bilhetagem dos equipamentos através de franquia e excedente, e **locação de nobreaks**, por revenda autorizada, com substituição de peças, componentes e suprimentos originais, fornecimento de insumos e software de gerenciamento com bilhetagem de impressões/cópias, para atender **Rio Branco e o município de Cruzeiro do Sul**, a fim de atender às necessidades da **Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH)**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, quantitativos e demais condições ofertadas na proposta são os constantes da tabela abaixo:

Lote	Item	Descrição	Qnt Total Estimada (Mensal-RB/CZS)	Qnt Total Estimada Anual-RB/CZS)	Qnt Estimada (Mensal para Rio Branco)	Qnt Estimada (Mensal para Cruzeiro do Sul)	Valor unitário por item	Valor RS - Total Estimado (Mensal-RB/CZS)	Valor RS Total - Estimado (Anual-RB/CZS)	Quantidade Total p/ Registro - Mensal para RB/CZS	Quantidade Total p/ Registrado Anual para RB/CZS	Valor Total Registro (Mensal)	Valor Total Registro (Anual)
LOTE I	I	Franquia Mensal Monocromática	80.000	960.000	60.000	20.000				104.000	1.248.000		
	II	Excedente Mensal Monocromático	30.000	360.000	25.000	5.000				39.000	468.000		
	III	Franquia Mensal Policromática	15.000	180.000	13.000	2.000				24.000	296.400		
	IV	Excedente Mensal Policromático	7.500	90.000	7.000	500				9.750	117.000		
	V	Locação de Nobreak	350	4.200	300	50				455	5.460		
Valor Total										Total para registro de preço R\$			

2.2. O julgamento será pelo critério de menor preço por lote global.

2.3. Esta Ata não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir ao lote da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

5. CLÁUSULA QUINTA - DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada lote registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.1, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. CLÁUSULA SEXTA - VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVO

6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na presente Ata de Registro de Preços.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 7.1. AA presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade.
- 7.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 7.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 7.4. Em conformidade com o art. 339 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, a contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.5. O instrumento contratual de que trata o item 7.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 7.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 7.7.1. Em conformidade com o art. 321 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, s serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
- 7.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 7.7.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 7.7.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 7.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 7.7.4. O registro a que se refere o item 7.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 7.7.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 7.7.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 7.7.7. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- 7.7.8. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, o preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 7.7.9. Em conformidade com o art. 322 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, o licitante mais bem classificado, ou o fornecedor no caso de contratação direta, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data de sua convocação formal pela Administração, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do convocado e desde que aceite pela Administração.
- 7.7.10. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 7.7.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 7.7.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 7.7.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
- 7.7.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 7.7.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição
- 7.7.13.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO LICITANTE VENCEDOR

- 8.1. O licitante vencedor, convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, para fazê-lo, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da lei 14.133/2021.
- 8.2. Em conformidade com o art. 322 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, o licitante vencedor deverá assinar a presente Ata de Registro de Preços no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação formal pela Administração.
- 8.3. A ausência de manifestação ou recusa injustificada em assinar a Ata no prazo estabelecido poderá acarretar a aplicação das penalidades previstas na legislação, além da convocação dos licitantes subsequentes para assinatura, conforme a ordem de classificação.
- 8.4. A assinatura da Ata representa o compromisso do fornecedor em atender às condições estabelecidas, obedecendo às especificações, preços e prazos estipulados.

9. CLÁUSULA NONA - DA FORMA DE CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES REGISTRADOS

- 9.1. Nos termos do artigo 339 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, as contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a emissão de ordens de fornecimento, notas de empenho ou outro instrumento hábil, respeitando-se a ordem de classificação dos fornecedores registrados.
- 9.2. A Administração poderá convocar os fornecedores registrados na ordem de classificação para atendimento às demandas, sendo facultado convocar o fornecedor subsequente caso o fornecedor melhor classificado não atenda às condições estabelecidas em prazo ou qualidade.
- 9.3. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas mediante emissão de Ordem de Serviço, nota de empenho ou instrumento equivalente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 10.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.3. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 10.4. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- 10.5. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 11.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao lote registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 11.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 11.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 11.4. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

- 11.5. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 11.6. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 11.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados
- 11.8. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 11.9. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 11.10. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 12.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 12.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 12.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 12.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 12.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 12.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
- 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**
- 13.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - c) Não aceitar manter seu preço registrado; ou
 - d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 13.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 13.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 13.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- a) Por razão de interesse público;
 - b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.
- 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES**
- 14.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.
- 14.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 14.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 14.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
- 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 15.1. As sanções constantes neste item poderão ser aplicadas ao CONTRATADO, sem prejuízo da reparação dos danos causados a esta Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH, pelo infrator, observado o devido processo administrativo.
- 15.2. As sanções aludidas no caput deste item são:
- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 15.3. A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da intimação do ato;
- 15.4. No caso de aplicação de advertência ou multa, caberá apresentação de recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da intimação do ato;
- 15.5. A advertência e as demais punições poderão ser aplicadas quando ocorrer descumprimento das obrigações contratuais, especialmente aquelas relativas à execução dos serviços, qualidade, quantidade, prazo ou recusa injustificada de execução, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados;
- 15.6. O atraso ou descumprimento na execução dos serviços sujeitará o contratado ao pagamento de multa correspondente a 1% (um por cento) do valor da pendência por dia de atraso, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor devido, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços ou no Edital;
- 15.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não possuindo caráter compensatório, e sua cobrança não isentará o CONTRATADO da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos;
- 15.8. O valor referente à multa poderá ser deduzido de qualquer crédito a que tenha direito o fornecedor, cobrado diretamente do CONTRATADO ou judicialmente, bem como dos prejuízos causados à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH;
- 15.9. Também ficam sujeitas às penalidades dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 as empresas que tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de tributos ou que tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- 15.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023;
- 15.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da penalidade, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS**

16.1. As condições gerais para execução do objeto, tais como prazos de entrega e recebimento, obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais regras aplicáveis, encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência que integra a presente Ata.

16.2. Considerando que o certame adota o critério de menor preço por lote, a adjudicação e o registro serão realizados por lote, permitindo à Administração adquirir integral ou parcialmente os itens registrados, conforme necessidade, oportunidade e disponibilidade orçamentária, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16.3. As questões decorrentes da utilização desta Ata de Registro de Preços, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da Comarca de Rio Branco/AC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XXXXX

Órgão Gerenciador

XXXXX

Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **JESSICA DA SILVA MAGALHAES, Chefe de Divisão**, em 23/03/2026, às 08:50, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019977348** e o código CRC **B220735A**.

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 24/2026/SEASDH - DIVCOMP

Unidade Gestora: SEASDH

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES
ATRÁVÉS DA _____ E _____

O _____, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº _____, através da _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o número _____, com sede na _____, nº _____ – bairro _____, município de _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade (RG) nº _____, inscrito no CPF (MF) sob o nº _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, Bairro _____, município de _____, conforme autorização expressa no Decreto nº _____, de _____ de _____ de 201____, publicado no Diário Oficial do Estado nº _____, pág. _____ de _____ de 201____, e a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____ com sede à _____, nº _____, bairro _____, município de _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade (RG) nº _____, inscrito no CPF (MF) sob o nº _____, residente e domiciliado, na cidade _____ celebram o presente Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/202____** – _____, homologado pela autoridade competente, realizado nos termos da Lei nº 14.133/2021, Lei nº 8.078/90 e Decreto Estadual nº 11.363/2023, suas alterações e demais normas correlatas, de acordo com o que consta do Processo Nº. _____, mediante as disposições expressas nas seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de **serviços de outsourcing** - solução e terceirização de impressão, **cópia e digitalização**, incluindo manutenção preventiva e corretiva e software de controle de bilhetagem dos equipamentos através de franquia e excedente, e **locação de nobreaks**, por revenda autorizada, com substituição de peças, componentes e suprimentos originais, fornecimento de insumos e software de gerenciamento com bilhetagem de impressões/cópias, para atender **Rio Branco e o município de Cruzeiro do Sul**, a fim de atender às necessidades da **Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH)**.

Lote	Item	Descrição	Qnt Total Estimada (Mensal-RB/CZS)	Qnt Total Estimada Anual-RBI/CZS)	Qnt Estimada (Mensal para Rio Branco)	Qnt Estimada (Mensal para Cruzeiro do Sul)	Valor unitário por item	Valor RS - Total Estimado (Mensal-RB/CZS)	Valor RS Total - Estimado (Anual-RB/CZS)	Quantidade Total p/ Registro - Mensal para RB/CZS	Quantidade Total p/ Registrado Anual para RB/CZS	Valor Total Registro (Mensal)	Valor Total Registro (Anual)
LOTE I	I	Franquia Mensal Monocromática	80.000	960.000	60.000	20.000				104.000	1.248.000		
	II	Excedente Mensal Monocromático	30.000	360.000	25.000	5.000				39.000	468.000		
	III	Franquia Mensal Policromática	15.000	180.000	13.000	2.000				24.000	296.400		
	IV	Excedente Mensal Policromático	7.500	90.000	7.000	500				9.750	117.000		
	V	Locação de Nobreak	350	4.200	300	50				455	5.460		
Valor Total										Total para registro de preço RS			

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor total para cumprimento do presente contrato é de R\$._____.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos orçamentários para a referida contratação estão consignados na Unidade Orçamentária – Programa de Trabalho:

- Cód. Órgão / Unidade Executora: xxxxx
- Programa de Trabalho: xxxxxx
- Elemento de Despesa: xxxxxx
- Fonte de Recurso: xxxxxx

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.

4.2. A CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em consonância ao disposto no art. 125, da Lei 14.133/2021.

4.3. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- Decreto Estadual nº 11.363/2023 - Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Estado do Acre.
- Lei Complementar nº 123/2006 - Relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno
- Lei 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. CLÁUSULA SEXTA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. FISCALIZAÇÃO

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/21;

Art. 120. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.6.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os materiais deverão ser entregues em dias úteis, nos **Municípios de Rio Branco/Cruzeiro do Sul - AC**, de acordo com a Ordem de Entrega emitida, no Período de 7h às 14h.

7.2. CONDIÇÕES PARA ENTREGA:

7.2.1. A empresa contratada deverá entregar o objeto em conformidade com as especificações contidas neste Termo e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

7.2.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

7.2.3. No caso de empresa contratada prever atraso na entrega do objeto, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

7.2.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista no Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.

7.2.5. No ato da entrega, o setor responsável pelo recebimento e aceite dos bens deverá realizar conferência e anuência do objeto contratado.

7.2.6. A cada fornecimento a Contratada deverá emitir recibo em papel timbrado da empresa, especificando a data da entrega, o endereço e o CNPJ do Contratante e a quantidade entregue, sem rasuras.

7.2.7. A Fiscalização do objeto manterá sistematicamente a avaliação quantitativa e qualitativa do andamento do mesmo, inclusive ratificando junto aos fornecedores as aquisições da Contratada.

7.2.8. A aceitação dos produtos pelo CONTRATANTE somente se convalida pelo “atesto” na nota fiscal/fatura apresentada ao Fiscal do contrato.

7.2.9. O aceite/aprovação dos produtos pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de qualidade do mesmo ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal nº 8.078/90, e a aplicação das sanções prevista na legislação pertinente.

8. CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO

8.1. O prazo para entrega e instalação da solução é de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

8.2. Os equipamentos serão instalados nos endereços indicados formalmente pela CONTRATANTE, nos limites geográficos do Estado do Acre.

8.3. A CONTRATANTE deverá emitir as Ordens de Serviço de acordo com a especificação dos itens e quantidades.

8.4. A CONTRATADA deverá proceder à instalação e desinstalação de equipamentos em caso de mudança de local, sendo o remanejamento/transporte de responsabilidade da CONTRATADA.

8.5. A CONTRATADA deve garantir que, durante a execução dos serviços, os ambientes sejam mantidos em perfeitas condições de higiene e segurança, realizando limpeza após atendimento de chamado técnico.

8.6. A CONTRATANTE será responsável pelo fornecimento de infraestrutura necessária para instalação e funcionamento dos equipamentos, como local físico, tomadas, pontos de acesso à rede e servidores (virtualizados ou físicos).

8.7. A CONTRATANTE deverá permitir livre acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais de execução dos serviços.

8.8. Os empregados da CONTRATADA terão acesso aos locais devidamente identificados com crachás, atendendo às normas de segurança.

8.9. Caberá à CONTRATANTE fiscalizar o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Fornecer toda a infraestrutura necessária para instalação e funcionamento dos equipamentos, incluindo local físico, tomadas elétricas e pontos de acesso à rede.

9.2. Permitir livre acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais de execução dos serviços.

9.3. Os empregados da CONTRATADA deverão acessar os locais devidamente identificados com crachás, cumprindo normas de segurança.

9.4. Fiscalizar, de acordo com sua conveniência e interesse, o cumprimento das cláusulas e condições do Termo de Referência e do contrato.

9.5. Receber e conferir as especificações dos equipamentos, garantindo que atendam aos requisitos mínimos de hardware e software.

9.6. Acompanhar e validar a instalação do software de bilhetagem realizada pela CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. As licenças para instalação nos servidores de todos os softwares ofertados (originais e legalizados) serão de responsabilidade da CONTRATADA.

10.2. É de responsabilidade da CONTRATADA a realização de testes de funcionalidade dos componentes de hardware dos equipamentos.

10.3. A CONTRATADA deverá realizar testes do software instalado a fim de garantir sua funcionalidade.

10.4. A manutenção preventiva e corretiva será realizada pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

10.5. A manutenção preventiva será realizada conforme calendário ajustado entre as partes, visando prevenir quebras ou defeitos e conservar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, nos locais onde estejam instalados.

10.6. Os serviços de manutenção serão realizados no horário comercial, das 08h às 18h, de segunda a sexta-feira.

10.7. Os tempos máximos para atendimento e solução de problemas serão contados a partir da abertura do chamado técnico pelo representante da CONTRATANTE.

10.8. O “Chamado técnico para manutenção corretiva” ou Suporte Técnico será efetuado pelo representante da CONTRATANTE via telefone, fax ou e-mail, preenchendo o documento de Acompanhamento de Abertura de Chamados Técnicos, contendo no mínimo:

- 13.8.1 Número de série dos equipamentos;
 - 13.8.2 Local de instalação dos equipamentos;
 - 13.8.3 Defeito ou ocorrência observada;
 - 13.8.4 Nome e telefone do responsável pela solicitação;
 - 13.8.5 Nome do responsável local.
- 10.9. Define-se como “Tempo de atendimento ao chamado” o período entre a comunicação do chamado e a chegada do técnico ao local.
- 10.10. Define-se como “Tempo de solução do problema” o período entre a chegada do técnico ao local e a conclusão da solução, devidamente registrado no documento de Acompanhamento de Abertura de Chamados Técnicos.
- 10.11. Caso o reparo não seja concluído no prazo estabelecido e o equipamento se torne inviável, a CONTRATADA deverá substituí-lo em até 12 (doze) horas, ou fornecer um novo equipamento.
- 10.12. O técnico fará relatório dos procedimentos adotados, que será aprovado pela CONTRATANTE e anexado ao documento de Acompanhamento de Abertura de Chamados Técnicos.
- 10.13. Entende-se por “Conclusão dos chamados” o término do trabalho, solucionando definitivamente o problema, inclusive em casos de substituição por backup.
- 10.14. A CONTRATADA será responsável pelo dimensionamento dos recursos humanos necessários à operação do ambiente.
- 10.15. A CONTRATADA deverá encaminhar relatórios semanais parciais do sistema de bilhetagem a cada órgão CONTRATANTE, até o 5º dia corrido do mês subsequente, para conferência e suporte ao aceite da fatura mensal.
- 10.16. Os serviços prestados deverão ser de “Alto Padrão”, não sendo aceitas cópias esbranquiçadas, manchadas, mal centralizadas ou com qualquer falha que comprometa a qualidade.
- 10.17. O serviço de suporte técnico deverá estar disponível no horário comercial, utilizando e-mail, site ou WhatsApp da CONTRATADA para abertura de chamados, 24h/7 dias.
- 10.18. Toda a logística de distribuição dos equipamentos e insumos será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
- 11.1. O pagamento dos bens efetivamente entregues será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições.
- 11.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.
- 11.3. Após apresentação da fatura/nota fiscal devidamente atestada, deverá conter os documentos de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, dentre outros, abaixo descritos, que são condição não de pagamento, mas de manutenção da condição de habilitado a fornecer para o Estado do Acre:
- I - Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - II - Certidão Negativa de Débito Estadual emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ (pessoa física e jurídica) e pela Procuradoria Geral do Estado - PGE (pessoa jurídica);
 - III - Certidão Conjunta Negativa da Fazenda Federal (compreendendo certidão unificada da dívida ativa da união, quitação de tributos federais e quitação de contribuições previdenciárias);
 - IV - Certidão Negativa de Débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
 - V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista;
 - VI - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Estadual;
 - VII - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Federal e;
 - VIII - Outros documentos que se fizerem necessários para comprovação de regularidade da contratada.
- 11.4. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:
- a) Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH, localizada na Avenida Nações Unidas nº 2.731, bairro: Estação Experimental, cidade de Rio Branco/Acre – CEP. 69.918- 172.
 - b) CNPJ nº 33.863.850/0001-72, devendo constar no corpo da nota fiscal/fatura o número do contrato e do empenho.
- 11.5. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.
- 11.6. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passaram entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 11.7. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:
- $EM = N \times VP \times I / 365$, onde:
 EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;
 N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;
 VP = Valor da parcela em atraso; e
 I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.
- 11.8. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede da SEASDH, para o Fiscal do Contrato, no horário de expediente do Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.
- 11.9. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.
- 11.10. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.
- 11.11. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.
- 11.12. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 11.13. **Antecipação de pagamento**
- a) Não haverá a antecipação de pagamento por qualquer solicitação de fornecimento indicados neste Termo de Referência.
- 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**
- 12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

- 12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 12.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 12.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 12.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 12.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ANTICORRUPÇÃO

13.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

13.2. **Conformidade com a Legislação:** A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

13.3. **Canal de Denúncias:** A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

E-mail: seasdh.ouvid@gmail.com ou seasdh.ouvid@ac.gov.br

Endereço: Avenida Nações Unidas, nº 2731, Estação Experimental, Rio Branco - Acre.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.6. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.8. Indenizações e multas.

14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina da Lei nº 14.133/21, no art. 124 e dentre as demais que se fizerem pertinentes, desde que:

a) As alterações contratuais sejam promovidas mediante celebração de termo aditivo e/ou apostilamento contratual, que deverá ser submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE;

b) Nas alterações contratuais unilaterais, sejam observados os limites legais para os acréscimos e supressões, e nas alterações consensuais, os limites para os acréscimos, utilizando-se, em qualquer caso, o valor inicial do contrato;

c) Em qualquer hipótese, não haja modificação da essência do objeto;

d) As alterações sejam precedidas de instrução processual que deverão constar no mínimo:

I - A descrição do objeto do contrato com as suas especificações e do modo de execução;

II - A descrição detalhada da proposta de alteração;

III - A justificativa para a necessidade da alteração proposta e a referida hipótese legal;

IV - O detalhamento dos custos da alteração de forma a demonstrar que não extrapola os limites legais e que mantém a equação econômico-financeira do contrato; e

V - A ciência da CONTRATADA, por escrito, em relação às alterações propostas no caso de alteração unilateral ou a sua concordância para as situações de alteração por acordo das partes.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser provida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando alínea econômica extraordinária e extracontratual, bem como, de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, conforme a Lei nº 14.133/2021;

16.2. Para fins do disposto do subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante;

16.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como, a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;

16.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela Contratada;

16.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento do objeto licitado, e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

17.1. Os preços contratados, assim como as responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, serão válidos pelo período de vigência do contrato, que será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Os preços contratados poderão ser alterados nas seguintes hipóteses:

I - Na ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da

proposta, que comprovadamente repercutam nos preços contratados, estes poderão ser revistos para mais ou para menos, conforme o caso.

17.3. A Administração terá o prazo de até 1 (um) mês, contado da data do protocolo do pedido de revisão apresentado pela CONTRATADA, devidamente instruído com a documentação comprobatória, para análise e decisão, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa.

17.4. Fica facultado à CONTRATANTE realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos acima, a decisão quanto ao pedido de revisão de preços.

17.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais dependerá de prévia análise técnica e jurídica da Administração, produzindo efeitos a partir da data do protocolo do pedido, não sendo aplicável a revisão aos serviços já executados ou às parcelas já cumpridas.

17.6. Enquanto estiverem sendo analisados os pedidos de revisão de preços, a CONTRATADA não poderá suspender a execução do objeto contratual, devendo manter o cumprimento das obrigações assumidas, sendo os pagamentos realizados com base nos preços vigentes.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

18.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme o disposto no **Art. 124 c/c 125 da Lei nº 14.133/2021**, nas seguintes hipóteses:

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) qualitativa: quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quantitativa: quando for necessária a modificação do valor contratual em razão de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei.

II - Por acordo entre as partes (Consensual):

- a) para substituição da garantia de execução;
- b) para modificação do regime de execução ou modo de fornecimento, por verificação técnica de inaplicabilidade dos termos originários;
- c) para modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor nominal atualizado;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial (Reequilíbrio), em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou álea econômica extraordinária e extracontratual.

18.2. O Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições econômicas pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto na Lei nº 14.133/21 em seu artigo:

"Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que sejam realizados no objeto e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos"

18.3. As alterações contratuais deverão ser obrigatoriamente formalizadas por meio de **Termo Aditivo**, precedido de instrução processual que contenha parecer técnico e jurídico, ressalvadas as hipóteses de simples apostilamento.

18.4. **Vedação:** Nenhuma alteração poderá ser realizada com o intuito de transfigurar o objeto licitado ou burlar a obrigatoriedade de licitação.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa, na forma prevista na legislação vigente.

19.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art.

159).

19.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

19.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

20.2. A inobservância das presentes especificações técnicas, deste Termo de Referência, implicará a não aceitação parcial ou total do objeto contratado, devendo a empresa contratada refazer as partes recusadas sem direito a indenização;

20.3. As licitantes devem observar e fazer observar os mais altos padrões éticos, durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cuja inobservância as sujeitará às sanções previstas na legislação;

20.4. A modalidade adotada será do tipo Pregão Eletrônico do tipo de execução menor preço por item;

20.5. O gestor e o fiscal do contrato serão indicados no ato da contratação;

20.6. Em caso de divergência entre as disposições do Edital e deste Termo de Referência prevalecerão as do Termo de Referência;

20.7. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 e Decreto Estadual nº 11.363/2023.

20.8. A licitação se dará por item. Não haverá parcelamento tendo em vista que se trata de objeto indivisível.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada, em extrato no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

22.1. As partes elegem o foro da Comarca de Rio Branco/AC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente instrumento.

22.2. E assim, por estarem às partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

XXXXXXX
ÓRGÃO GESTOR

XXXXXXX
EMPRESA CONTRATADA

Revisado por:
[Assinatura eletrônica]
Jéssica da Silva Magalhães
Chefe da Divisão de Compras - DIVCOMP
Portaria SEASDH n.º 217, de 06 de agosto de 2025



Documento assinado eletronicamente por **JESSICA DA SILVA MAGALHAES, Chefe de Divisão**, em 27/03/2026, às 10:32, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020083270** e o código CRC **38CFBB53**.

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de xx (xxxxxxx) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

Referência: Processo nº 0860.012979.00004/2026-55

SEI nº 0020512892